

FALA DELFIM

O ministro diz por que o novo acordo com os bancos é bom

O fechamento das contas externas neste ano e no próximo ficará quase que totalmente equacionado, caso seja inteiramente cumprido o acordo realizado "em princípio" entre representantes do Fundo Monetário Internacional, dos banqueiros e dos governos dos países credores, para abrir créditos no montante de US\$ 11 bilhões ao Brasil. Isto foi o que garantiu ontem em Brasília o ministro do Planejamento, Delfim Neto.

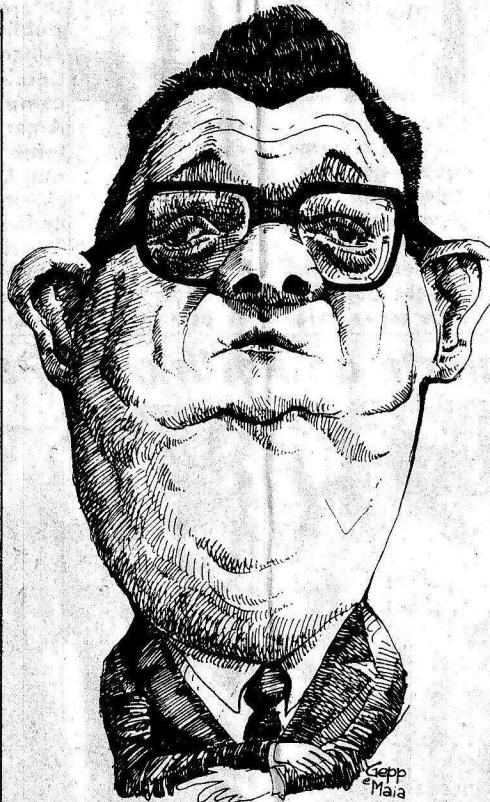
Segundo o ministro, não haverá problemas para fechar o déficit de US\$ 2,7 bilhões deixado pelos banqueiros, que se recusaram a emprestar os US\$ 9,2 bilhões solicitados pelo governo, só concordando em conceder US\$ 6,5 bilhões. A diferença, disse Delfim, será fornecida pelos governos, mediante créditos comerciais, isto é, financiamentos à compra de produtos industrializados — o que foi considerado um absurdo pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, em seu depoimento à CPI da dívida externa, ontem (veja na página), tendo vista a necessidade de o País manter superávit comercial e o fato de a indústria nacional vir apresentando grande capacidade ociosa.

Vantagens

Embora o ministro do Planejamento se tenha recusado a fornecer outros dados sobre o acordo acertado "em princípio" com o FMI e os banqueiros, fontes da Seplan asseguraram que o novo acordo tem sobre o definido no ano passado a vantagem de cobrir, efetivamente, todas as necessidades do País, e não precisará esperar o cumprimento de projetos que dependem, basicamente, da manifestação dos bancos de segunda linha, especialmente os norte-americanos.

Só necessidades essenciais

Evidentemente, os recursos definidos



para o Brasil, em função de entendimentos realizados entre os banqueiros, representados por William Rhodes, e o FMI, por Jacques de Larosière, são suficientes apenas para as necessidades essenciais do País. Por isso, o Banco Central continuará centralizando os recursos, continuando como o único tomador, perante os banqueiros.

Isto significa que no próximo ano o mercado continuará fechado para as linhas de crédito regulares, não podendo as empresas, estatais ou privadas, recorrerem a empréstimos financeiros, sindicalizados ou não, tal como ocorreu até julho do ano passado. A normalização da situação ainda vai demorar, e provavelmente só ocorrerá após a execução da Carta de Intenções, cujo prazo de vigência vai até 1985.

A opinião de que, mesmo com a regularização, o mercado financeiro internacional jamais voltará a ser como era foi manifestada também pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, em seu depoimento de ontem na Câmara (veja na página seguinte).

O Brasil receberá US\$ 6,5 bilhões dos bancos comerciais, relativos a um novo jumbo, mais US\$ 5,35 bilhões para renovação de amortizações que vencem no próximo ano, mais US\$ 2,0 bilhões de rolamento de débitos vencidos e vincendos junto ao Clube de Paris, além de créditos do Banco Mundial e do Bid, supplier's e buyer's credits e recursos do empréstimo ampliado do FMI.

Estes recursos, somados a créditos internacionais e investimentos estrangeiros, deverão ser suficientes para financiar o déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos de US\$ 6,0 bilhões, mais amortizações de US\$ 7,9 bilhões, US\$ 600 milhões de crédito à exportação, US\$ 500 milhões de créditos de curto prazo, US\$ 200 milhões de "outros créditos" e ainda US\$ 2,6 bilhões para formação de reservas. Caso o governo não consiga o apoio de recursos governamentais no Exterior, para cobrir a diferença entre o que se pretendia dos bancos e o que eles efetivamente concederam, poderá haver compensação mediante redução de reservas.